

APRESENTAÇÃO

O **Dossiê Educação e Diversidade Étnico-Racial**, organizado pelas professoras Beleni Saléte Grando, da Universidade do Estado de Mato Grosso, e Vânia Beatriz Monteiro da Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina, materializa um dos projetos desenvolvidos a partir do Programa de Cooperação Acadêmica – Procad-Amazônia. O programa tem por objetivo o intercâmbio entre pesquisadoras e pesquisadores das duas instituições, buscando qualificar suas pesquisas e de seus orientandos, contribuindo, assim, para a formação nos seus respectivos programas de pós-graduação em Educação.

A proposta do Dossiê foi reunir pesquisas desenvolvidas na temática “Educação e diversidade étnico-racial” de diferentes regiões do País e de outros países americanos, visando a contribuir para a discussão no campo acadêmico. O pressuposto orientador é de que as experiências sociais revelam determinadas condições e relações de poder marcadas pela exclusão por condições étnico-raciais ou maiorias empobrecidas das nossas sociedades ocidentalizadas, onde impera o poder colonizador que, na escola, homogeneiza os saberes para hierarquizar os poderes.

Compreendemos que a função socializadora dos estudos desenvolvidos no âmbito da Educação no Brasil ganha especial significado quando seus objetos pautam elementos inscritos nas interações sociais, refletindo processos ou mesmo as resultantes de distinções ou valorações que posicionam sujeitos e suas produções histórico-culturais. As décadas em que se inicia o século XXI são palco de um formidável movimento acadêmico e político-cultural em que aqueles elementos são perscrutados incessantemente pela pesquisa, pelo compartilhamento do debate em fóruns os mais diversos, como também por constituírem políticas sociais.

Neste contexto, apresenta-se para as universidades públicas uma oportunidade ímpar para compartilhar o debate crítico acerca dos preconceitos presentes em diferentes cenários sociais, urbanos ou rurais, comunitários, universitários, escolares, enfim, os contextos sociais em que se projeta sobre pessoas e/ou grupos a exclusão de processos sociais relevantes para sua educação. Por certo que tal exclusão se realiza por uma

dinâmica complexa, muitas vezes sutil, na forma de obstáculos, interdições como na criação de um universo simbólico que mobiliza e sustenta padrões determinados.

Os marcadores sociais podem variar entre a cor de pele, o repertório linguístico, a escolaridade, condição como ser mulher, criança, ser trabalhador, enfim, por suas formas diversas de ser.

O artigo de Joselina da Silva, do Nordeste brasileiro, responsável pela obra *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil* (2009), propõe uma análise sobre a participação das mulheres negras no ensino universitário, apoiando-se nos indicadores Sinaes/INEP, revelando uma imensa desigualdade de oportunidades pela ótica das dimensões de gênero e étnico-raciais no Ensino Superior. Seu artigo **“Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais”** instiga a refletir sobre uma histórica exclusão evidenciada até 2005.

Com Maria Lúcia Rodrigues Müller, do Centro-Oeste, vem **O registro da cor em requerimentos para concursos de professores**, a origem racial dos professores que acessam o magistério público na Primeira República, no Rio de Janeiro, então capital do País, com o branqueamento que vai se consolidando no magistério do Distrito Federal. Seu texto discorre sobre como a cor da pele, um atributo biológico, assume um conteúdo cultural, social e moral no Brasil e exclui mulheres negras da carreira do magistério.

Do Norte, Wilma de Nazaré Baía Coelho faz uma análise sobre a teoria da igualdade de Ronald Dworkin, com o texto **A experiência estadunidense das ações afirmativas: uma análise à luz da teoria da igualdade de Ronald Dworkin**, discutindo as ações afirmativas estadunidenses à luz desta teoria que se coloca contrária a qualquer política compensatória em relação a direitos de uma “raça em relação a outra”. Partindo da realidade dos Estados Unidos, desvela os entremeios do sistema de cotas para a Educação Superior e afirma que, para transformar a situação de desigualdade existente historicamente dos afrodescendentes, devem-se pensar mudanças estruturais no seio da própria sociedade.

Com a leitura do texto do professor estadunidense Warren Hope, intitulado **Negando igualdade de oportunidades educacionais: foco no monitoramento de habilidades na Educação Especial**, somos levados a reconhecer como os afro-americanos foram sendo discriminados e

excluídos dos bancos escolares pela segregação, pelo monitoramento e, mais recentemente, pela Educação Especial. Como afirma o autor, os cursos que lhes são ofertados são os “que não levam a lugar algum”, prendendo-os em “classes de baixo nível através do monitoramento de habilidades e da Educação Especial”. Sua proposta é uma reforma educacional que garanta currículos que eliminam o impacto negativo desta história enraizada na vida dos afro-americanos.

Ida Mara Freire, do Sul do Brasil, nos faz pensar sobre a educação como igualdade de direito na diferença, com seu texto **Entre o pensar e o conhecer: um lugar para a diferença na formação de professores**. Traz o “juízo ético”, com filósofos contemporâneos, para discutir as ações afirmativas, mas, mais que isso, os direitos de todas as crianças a oportunidades iguais como direito humano.

De Mato Grosso, Ilma Ferreira Machado nos traz o campo para pensarmos a diversidade e a educação brasileira. Em seu texto **Educação do campo e diversidade**, reafirma o tratamento discriminatório das políticas públicas voltadas ao campo, que negam o protagonismo e a autonomia dos homens e mulheres que, em sua realidade local, com seus saberes e práticas, empreendem projetos “político-sociais e pedagógicos que contemplem as especificidades”, em diálogo com o “saber universal”, superando “a polarização campo-cidade”.

Zayda Sierra contribui com o resultado de dez anos de estudos com o Grupo de Investigación Diverser, da Facultad de Educación, na Universidad de Antioquia, Medellín (Colômbia), sobre as **Pedagogías desde la diversidad cultural: una invitación a la investigación colaborativa intercultural**. Discute o vínculo existente entre o colonialismo e a modernidade para manter as diferentes violências (econômica, epistêmica, étnica, de gênero, social e existencial) que excluem grande parte da população colombiana, especialmente os indígenas e afro-descendentes. Na exposição, propõe à escola o rompimento com o imaginário colonial que nega a vida cotidiana destas pessoas e população, e a construção de forma colaborativa com estas, reconhecendo e construindo pedagogias que “coexistem” no contexto latino-americano e que podem ser consolidadas em projetos de formação de professores de forma intercultural, visando a uma “existência num planeta justo, equitativo e em equilíbrio com a natureza”.

A pesquisadora Eliane Debus oferece-nos uma importante discussão sobre as questões étnico-raciais e a educação, com uma análise crítica sobre a literatura atualmente disponível para o trabalho sobre a questão racial com crianças nas escolas brasileiras. No texto **Meninos e meninas negras na literatura infantil brasileira: (des)velando preconceitos**, analisa várias obras de autores que, na tentativa de tematizarem as questões étnico-raciais, desvelam preconceitos na produção dos textos, seja na escolha dos títulos, seja nas ilustrações ou na caracterização dos personagens. Com isso, enfatiza que há ainda muito a ser feito para que nas escolas possamos ter materiais que subsidiem de fato os professores, mas, especialmente, nos leva a refletir sobre como o preconceito está enraizado na cultura brasileira e o quanto, a partir da consciência das relações de poder que se estabelecem entre os “donos dos saberes” e os alunos, podemos nos revelar preconceituosos e excludentes das diferentes formas de pensar, de sentir, de ser, para além da cor da pele e da classe social, mas que estas duas variantes são, necessariamente, inegáveis nas relações sociais atuais.

Integra a coletânea a inspiradora entrevista **Negros e educação no Brasil – uma entrevista com o coração de uma militante acadêmica** da professora dra. Iolanda de Oliveira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, que nos brinda com sua história, entrelaçando-a à história das políticas de ações afirmativas no Brasil, ao mesmo tempo em que, como mulher negra, no Rio de Janeiro, mantém-se no exercício do magistério e passa a ser uma das raras doutoras (negras) presentes na universidade. Mãe de dois filhos, à frente da subsistência de si e dos meninos, um deles, de nome Nelson Mandela, guarda solenemente a foto do líder sul-africano com seu pequeno Mandelinha em 1991, quando de sua passagem no Brasil em 1991.

Suas memórias realçam a identificação da universidade pública como espaço decisivo para uma boa formação, o que lhe custou esforço pela própria habilitação em Pedagogia (UFF/1968) em turno noturno, em período em que a ditadura militar fustigava o ensino acadêmico. Com as interpelações sofridas nos espaços do movimento social negro, demandando-lhe militância social, dra. Iolanda conta seus dilemas sobre como inscrever em suas ações acadêmicas uma força e legitimidade que via naquele movimento, como também como responder a “uma dívida com nosso povo negro”. Às exigências que se colocaram em combinar sua condição de mãe, chefe

de família e docente universitária, respondeu com: “A militância pode ser acadêmica! Eu vou conciliar a militância com as minhas 40 horas, com a militância no interior da universidade”. Uma presença inspiradora neste Dossiê, pela construção como acadêmica, em que se inscrevem todas as iniciativas que tornaram a primeira década do século XXI um período de ímpar mobilização acadêmica e de constituição da agenda político-cultural sobre relações raciais e os negros na educação brasileira.

Com as presentes contribuições, trazemos alguns dos debates atuais sobre as políticas de afirmação étnico-racial, a partir de dados históricos e documentos oficiais sobre a presença e ausência da mulher negra na educação e no espaço universitário, assim como as aparentes afirmações étnico-raciais presentes na recente literatura infantil, mas também a diversidade e os direitos negados em contextos marginalizados em relação aos padrões culturais hegemônicos que definem como padrão idealizado a cultura urbana, branca e eurocêntrica em toda a América. Reiteramos, pois, por meio desta publicação, a responsabilidade da universidade pública com a formação dos profissionais da educação, na perspectiva de instigar e instrumentalizar a reflexão sobre processos sociais implicados com uma educação emancipatória.

Florianópolis, junho de 2010.

Beleni Saléte Grandó

Vânia Beatriz Monteiro da Silva